



Política Social Transformadora e Equitativa em termos de Género para a África pós-COVID-19 (GETSPA)

CONVITE À APRESENTAÇÃO DE PROPOSTAS PARA DOCUMENTOS TEMÁTICOS

O **Instituto de Estudos Africanos (IAS)** da **Universidade do Gana**, com o apoio financeiro da **Open Society Foundation**, está a convidar à apresentação de propostas para documentos temáticos que investiguem o potencial e os desafios de uma política social transformadora em África.

Contexto

Actualmente, a procura de abordagens de política social transformadoras é dificultada pelos fundamentos neoliberais das abordagens tradicionais e pelas culturas patriarcais das instituições de elaboração de políticas, dois problemas que resultam na falta de atenção política às desigualdades relacionadas com o género, a geração, a localização e a deficiência/incapacidade, entre outras. As políticas sociais são invariavelmente reduzidas à protecção social e são implementadas através de medidas específicas e não universais. Além disso, há um fraco reconhecimento da interação entre as políticas sociais e económicas, com a elaboração de políticas económicas a ganhar proeminência e a política social a ser vista como uma forma de limpar os que ficaram para trás na busca do crescimento económico. Por último, há uma escassez de académicos de política social em África, o que leva a que se privilegie o conhecimento de base ocidental como base para a prática da política social. Os académicos africanos também não dispõem de oportunidades e recursos para realizar investigação sobre política social noutros contextos do Sul global e, por conseguinte, não podem aprender lições que enriqueceriam a política social em África. O projecto GETSPA está empenhado em contribuir para a resolução destas barreiras a uma política social transformadora em África.

Como passo inicial nesta agenda de política social transformadora, o projecto GETSPA tem realizado investigação desde Novembro de 2020 em trinta e um países de África, para mapear o panorama e a evolução das abordagens de política social desde o período colonial. Estes estudos nacionais revelaram que a importância atribuída às políticas sociais na resposta às necessidades de desenvolvimento de África tem variado ao longo dos anos. No período colonial, a política social foi prosseguida com uma agenda de apropriação de recursos que resultou na criação e/ou exacerbação de desigualdades e dualidades estruturais. O período inicial da independência parece ter sido o período de maior atenção à política social, quando os Estados em vias de desenvolvimento lançaram políticas de base alargada para enfrentar simultaneamente os desafios da construção da nação, da cidadania social e económica e do crescimento económico. A desvalorização da política social começou com o período de reformas económicas prescritas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) na década de 1980, quando a provisão pública do Estado foi reduzida e a lógica de

mercado ganhou proeminência. Embora a política social tenha regressado aos discursos mundiais, foi reduzida a uma questão de protecção social que se centra estritamente em intervenções correctivas para os "vulneráveis". Estes não são adequados para responder a questões importantes sobre o aumento das desigualdades, incluindo a desigualdade entre homens e mulheres (relacionada com a segmentação do trabalho por sexo, as disparidades salariais entre homens e mulheres e as disparidades de activos entre homens e mulheres). O período da pandemia evidenciou os limites da versão redutora da política social para enfrentar as crises de pobreza, vulnerabilidades e desigualdades que se aprofundaram durante a pandemia, e muito menos o objectivo do bem-estar humano no seu sentido mais positivo e expansivo. Esta constatação oferece uma oportunidade para repensar a elaboração de políticas sociais, assinalando um ponto de entrada para a agenda política social transformadora do GETSPA.

É neste contexto que este convite é lançado para documentos temáticos que se centrem em iniciativas promissoras que possam conduzir à realização de uma agenda para uma política social transformadora e equitativa em termos de género para o desenvolvimento de África.

Abordagem

O projecto toma como ponto de partida a definição expansiva de política social de Mkandawire como as

"intervenções colectivas que afectam directamente o bem-estar social, as instituições sociais e as relações sociais.... que se preocupam com os efeitos redistributivos da política económica, a protecção das pessoas contra os caprichos do mercado e a evolução das circunstâncias da idade, o reforço do potencial produtivo dos membros da sociedade e a conciliação do peso da reprodução com o de outras tarefas sociais. As sociedades bem sucedidas atribuíram às políticas sociais todas estas tarefas, embora a ponderação das tarefas tenha variado entre países e dentro de cada país, de período para período".¹

A política social diz respeito ao bem-estar social, às instituições sociais e às relações sociais, e tem um valor tanto instrumental como intrínseco ou normativo. Esta abordagem da política social fornece um enquadramento para a avaliação da política social em África.

Além disso, o projecto assume a equidade de género e a transformação das hierarquias de género como uma preocupação fundamental. Trata-se de abordar a falta de interesse pela natureza de género dos regimes de política social e pelas desigualdades de género no desenvolvimento social em todo o espectro de regimes de política social. Embora existam cada vez mais instrumentos de política social dirigidos às mulheres e dos quais estas retiram benefícios sociais, estes não desafiam necessariamente as hierarquias de género, podendo até reforçá-las activamente. A negligência das questões de género na política social manifesta-se em pressupostos não examinados sobre a família e o agregado familiar e na falta de atenção à

¹Mkandawire, T. (2011). Regimes de bem-estar e desenvolvimento económico: Colmatar o fosso conceptual. em V. Fitzgerald, J. Heyer, e R. Thorp (Eds.), *Overcoming the Persistence of Poverty e Inequality*, Palgrave, pp. 149-171; Ver também Adesina, Jimi O. (2011), *Beyond the social protection paradigm: social policy in Africa's development*. *Canadian Journal of Development Studies*, 32(4), 454-470

segmentação do emprego em função do género e às normas problemáticas de género que sustentam o trabalho de cuidados remunerado e não remunerado e a reprodução social. A abordagem destas lacunas na elaboração de políticas e na literatura política traz questões cruciais para o desenvolvimento económico e social para o debate sobre política social.

O objectivo mundial deste projecto é a transformação dos discursos, abordagens e culturas de elaboração e implementação de políticas sociais para estabelecer abordagens de políticas sociais transformadoras e equitativas em termos de género em África.

OS DOCUMENTOS TEMÁTICOS

Os documentos temáticos devem complementar ou basear-se em estudos nacionais e regionais já realizados para fornecer vias para políticas sociais transformadoras, analisando intervenções ou soluções promissoras para a política social transformadora em África.

O projecto prevê 9 temas. Segue-se uma lista **não exaustiva** de possíveis temas a estudar:

- A. Interfaces e sinergias da política social e económica**
- B. Política social equitativa em termos de género**
- C. Fundamentos políticos e democráticos da política social e da cidadania**
- D. Sistemas e práticas informais de política social**
- E. A crise da dívida, a austeridade e as implicações para a política social**
- F. A influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política social em África**
- G. As políticas sociais e a ZCLCA**
- H. Financiamento da política social em África**
- I. Áreas negligenciadas da política social**

Uma vez que os temas para os documentos temáticos não são exaustivos, as respostas ao convite têm a flexibilidade de propor questões importantes não reflectidas na lista de temas, se as considerarem críticas para repensar a política social. Também são encorajados a destacar aspectos relevantes, mas silenciosos, de uma política social transformadora para consideração.

Seguem-se breves discussões sobre possíveis orientações para os trabalhos no âmbito dos temas propostos.

A. As interfaces e as sinergias da política social e económica

Nas suas fases iniciais, o conceito de economia era entendido como "economia política" - o local das lutas sociais pela justiça distributiva dos benefícios do valor criado colectivamente. Com efeito, o económico e o social são duas faces da mesma moeda. Em contrapartida, a disciplina económica, desde o final do século XVIII, tem sido dominada pela premissa normativa de que as acções dirigidas puramente pelo interesse próprio e mediadas pela "mão invisível" do mercado acabam por produzir o bem-estar comum da forma mais eficiente. Na sua concepção, o bem-estar social é um subproduto de mercados eficientes e não a base normativa da economia. Afirma-se que mercados ilimitados, comércio livre, envolvimento limitado do governo no fornecimento e regulação de mercadorias e serviços conduzirão, em última análise, a um aumento da riqueza e do bem-estar. Entre outras coisas, esta ortodoxia

liberal não tem em conta o valor económico criado pela prestação de cuidados ao agregado familiar e à comunidade, que é predominantemente realizada pelas mulheres. Esta exclusão não só nega as alegações de eficiência do mercado enquanto instrumento de afetação de recursos, como também torna as consequências para o bem-estar inerentemente injustas em termos de género. Além disso, a concepção de mão invisível contradiz as abordagens heterodoxas que vêem os mercados como instituições políticas e sociais com tendências altamente desigualadoras que requerem a atenção dos decisores políticos. Também dificulta a consideração plena do papel e das limitações dos diferentes mecanismos institucionais (envolvendo Estados, mercados e "comunidades") para a gestão de questões económicas e sociais.

O documento temático analisará a forma como a evolução do pensamento e das práticas económicas afectou as políticas sociais, prestando maior atenção à forma como a actual ortodoxia económica prejudica as políticas sociais transformadoras e equitativas em termos de género. O documento explorará paradigmas e políticas económicas alternativas que sejam coerentes com os valores da equidade e da justiça social e discutirá também a forma como as políticas económicas progressistas produzem, por sua vez, resultados sociais transformadores.

O documento temático poderá abordar os seguintes temas:

- A evolução do pensamento económico e as implicações para uma política social transformadora e equitativa em termos de género.
- Como é que os principais pilares da actual ortodoxia económica influenciaram as políticas sociais e como é que políticas económicas alternativas poderiam moldar as políticas sociais em direcções equitativas.
- As implicações de concepções alternativas dos mercados e as suas implicações para o papel da política económica e social.
- Tendo em conta as actuais dificuldades económicas e a consequente reestruturação em todo o continente, como é que as políticas sociais transformadoras podem constituir uma solução para o desenvolvimento económico sustentável.

B. Política social equitativa em termos de género

Os regimes de política social em África, independentemente da sua orientação, não têm dado prioridade às questões da desigualdade de género e da reprodução social. Desde a década de 1970, várias gerações de Políticas de Integração das Mulheres no Desenvolvimento (WID)/Género e desenvolvimento (GAD) e de integração da perspectiva de género, destinadas a apoiar as actividades produtivas das mulheres, a reduzir a pobreza das mulheres e a promover a sua emancipação, têm sido aplicadas paralelamente a políticas económicas e sociais gerais que têm sido cegas ou discriminatórias em termos de género. A lógica produtivista dos programas de Políticas de Integração das Mulheres no Desenvolvimento (WID) e Género e desenvolvimento (GAD) e de integração da perspectiva de género tem exigido que os beneficiários aceitem trabalho suplementar, trabalho de grupo e policiamento institucional intrusivo. O pressuposto geral deste tipo de programação é que a igualdade de género seria o resultado inevitável destas intervenções. A reticência em abordar directamente certas desigualdades de género foi defendida em termos de alegações questionáveis de não interferência nas práticas culturais africanas.

No actual contexto da política social neoliberal, os instrumentos de protecção social habitualmente utilizados, como as transferências monetárias, as isenções de taxas para as mulheres grávidas e os programas de crédito, não são diferentes neste aspecto. Embora estes instrumentos tenham apoiado o bem-estar das mulheres e sejam aceites pelas mulheres que enfrentam desafios existenciais, estão a ser implementados por instituições que subscrevem modelos eurocêntricos e patriarcais de família, em que o homem é o ganha-pão e a mulher é a dona de casa. Esta situação, juntamente com a crescente dependência dos mecanismos de mercado para resolver questões sociais que costumavam ser da competência do Estado, comprometeu o potencial de igualdade de género da política social.

Em geral, as políticas sociais não abordaram os persistentes desequilíbrios de género na responsabilidade pelos cuidados e pelo trabalho doméstico, os baixos investimentos na melhoria dos serviços, das infra-estruturas e das tecnologias para os cuidados e o trabalho doméstico e a falta de esforços para promover uma divisão mais equitativa dos cuidados e do trabalho doméstico entre homens e mulheres e para socializar os cuidados. Além disso, os programas de protecção social exigem que as mulheres comprometam os princípios da igualdade e da equidade de género e assumam as expectativas normativas de piedade filial, materna e conjugal e de trabalho árduo para se qualificarem para o apoio.

Apesar das taxas relativamente elevadas de participação da força de trabalho feminina em muitos países africanos, a maioria das mulheres trabalhadoras não está empregada no sector formal. Uma vez que os programas de segurança social tendem a depender da participação no mercado de trabalho formal, a maioria dos homens e mulheres que trabalham não podem aceder às disposições da segurança social. As mulheres são também negativamente afectadas pela segmentação do trabalho em função do género, pelas disparidades salariais entre homens e mulheres e pelas disparidades patrimoniais entre homens e mulheres, que são áreas legítimas de preocupação da política social, tal como a questão da violência física e psicológica baseada no género.

As principais instituições de política social do Estado adoptam uma abordagem paternalista e assistencialista das desigualdades de género ou são parte integrante do problema. As regras que regem o casamento, a posse da terra, a herança e as relações laborais são algumas das formas de transmissão das desigualdades de género. Para além do Estado, os mecanismos e actores informais de bem-estar - a família e a comunidade, em particular - desempenham um papel fundamental na política social em África. A família é um importante prestador de cuidados (cuidados infantis, cuidados a idosos e cuidados de saúde) e apoia os desempregados. As explorações agrícolas familiares e as empresas fornecem os recursos financeiros para a provisão de bem-estar social informal e, quando as famílias têm de se ajustar a choques negativos, o trabalho doméstico das mulheres é normalmente o amortecedor que minimiza os impactos no agregado familiar, compensando as reduções no consumo de serviços pagos através do aumento da produção dentro do agregado familiar.²

Não obstante este quadro geral, houve intervenções de política social que promoveram directa ou indirectamente a transformação das relações de género em vários países, sectores e em

² Hassim, S. and Razavi, S. (2006). *Género e política social num contexto mundial: Desvendar a estrutura de género do "social"*. S. Razavi and S. Hassim, (Eds.) *Género e política social num contexto mundial: Uncovering the gendered structure of 'the social'*, Palgrave Macmillan, pp. 1-39.

relação a grupos específicos de mulheres. Uma avaliação crítica destas intervenções e dos seus resultados seria inestimável para identificar o que funciona e o que não funciona na consecução de uma política social transformadora e equitativa em termos de género.

O presente convite destina-se à apresentação de um documento de reflexão sobre uma política social equitativa em matéria de género que aborde as seguintes áreas

- Qual é a situação da política social do ponto de vista da igualdade entre homens e mulheres e quais são as áreas mais críticas de preocupação?
- Como podem os regimes de política social ser caracterizados em termos das suas abordagens às desigualdades de género e aos direitos das mulheres?
- Quais os principais locais institucionais que requerem atenção na reforma das instituições de política social para as tornar mais receptivas e capazes de promover a igualdade e a equidade entre homens e mulheres?
- Como é que a política social formal e a assistência social informal em África podem ser complementares e sinérgicas, reduzindo ao mesmo tempo o ónus da prestação de assistência social à família, em particular às mulheres?
- Em que medida o debate sobre o desalojamento e a difamização pode informar a concepção da política social em África e quais são as implicações para as mulheres?
- À medida que os governos se orientam para a consolidação orçamental no contexto da persistente crise da dívida, quais são as implicações para a política social em termos de género?
- Quais seriam os parâmetros de um quadro de política social para África que tivesse explicitamente em conta as implicações de género, em particular as dimensões de género do trabalho de assistência não remunerado?

C. A política e os fundamentos democráticos da política social

Nos anos 80, os países da região foram obrigados a aplicar políticas económicas neoliberais que negligenciaram as políticas sociais. Consequentemente, as políticas sociais introduzidas no início da era pós-colonial, destinadas principalmente a promover a inclusão e a reforçar as capacidades produtivas dos cidadãos, foram desmanteladas através de privatizações e de outros mecanismos destinados a reduzir o Estado e a individualizar os riscos sociais e económicos. A década de 1990 assistiu à transição de regimes militares e outros regimes políticos autoritários em África para democracias baseadas em eleições partidárias competitivas. Desde o regresso da democracia, as políticas sociais tornaram-se questões importantes nas campanhas e debates políticos, especialmente nos domínios dos cuidados de saúde, educação, apoio à infância, apoio ao rendimento dos idosos, condições do mercado de trabalho, habitação, acesso a água potável, igualdade entre homens e mulheres e protecção social. Isto não é surpreendente, dado o papel fundamental da política social na promoção do bem-estar humano através da redistribuição, produção, reprodução, protecção e coesão social. Estes papéis da política social reforçam o argumento de que a dicotomia entre políticas sociais e económicas é artificial e que o social e o económico são simbióticos e inseparáveis.

No contexto das democracias africanas, os discursos sobre as políticas sociais têm lugar numa interface política ocupada por actores nacionais e transnacionais. Isto levanta questões sobre

as constelações e os interesses dos actores, o papel mediador das instituições, o poder e as posições, a concepção e a aplicação das políticas, bem como as capacidades em termos de recursos. Espera-se que este documento forneça uma análise conceptual e teórica da política social na política democrática contemporânea de África. Basear-se-á em exemplos e ilustrações de países da região para sugerir uma agenda transformadora para a política social em contextos democráticos. O documento temático poderá abordar os seguintes temas:

- Política social e política democrática em África
- A política da política social (interesses, definição da agenda, posicionamento; debates)
- Perspectivas normativas e de direitos humanos para uma política social transformadora
- Instituições de governação mundial e política social

D. Sistemas e práticas informais de política social em África

O estudo da política social tem sido dominado pela análise das disposições institucionais formais. No entanto, em África, as instituições informais são importantes, complementando e competindo com as instituições formais. Os sistemas e práticas de política informal manifestam-se em acções individuais ou colectivas que demonstram a relevância e a resiliência de normas testadas pelo tempo, baseadas na mutualidade, expectativas partilhadas, práticas repetidas e reciprocidade. A coexistência de sistemas e práticas formais e informais não é surpreendente devido às origens coloniais do Estado africano moderno, que está bifurcado em termos das regras que definem os comportamentos adequados. Consequentemente, o Estado em África não é nem o típico Estado moderno como se vê na Europa e noutras partes do mundo, nem é verdadeiramente autóctone como era antes do domínio colonial.

As tentativas iniciais dos primeiros nacionalistas pós-coloniais para formalizar os espaços informais através da criação de serviços sociais financiados pelo Estado foram restringidas de uma forma que inverteu os primeiros esforços de construção da nação, o que resultou na dependência contínua de instituições informais. Especificamente, como os programas formais de política social têm um alcance limitado em África, uma parte significativa da população é obrigada a recorrer a mecanismos informais de sobrevivência e apoio. Apesar da sua importância, têm faltado análises sistemáticas das formas, estrutura, princípios, concepção e dinâmica operacional dos sistemas e práticas informais de política social em África.

O conhecimento dos mecanismos informais de política social em que as pessoas confiam para a protecção, produção, reprodução, cuidados, redistribuição e solidariedade comunitária tem o potencial de fornecer ideias criativas e inovadoras sobre a forma de conceber políticas sociais transformadoras na era pós-Covid 19 para África. O GETSPA procura compreender os mecanismos que os povos africanos criaram para promover o bem-estar humano e para se protegerem face à negligência do Estado e aos constrangimentos de disposições formais limitadas em matéria de política social.

O GETSPA acolhe com agrado propostas para um trabalho de investigação sólido que tenha em conta, entre outros, os seguintes aspectos:

- uma análise das formas específicas de instituições informais que moldam a provisão social nos países africanos;
- uma reflexão analítica sobre o inventário dos riscos sociais típicos que as políticas sociais informais são utilizadas para atenuar;
- uma avaliação crítica da natureza, da concepção e do âmbito das disposições informais em matéria de política social em África;
- lições a retirar da política social informal para a concepção de políticas sociais transformadoras em África.

E. A crise mundial da dívida, a austeridade e as implicações para a política social

Três décadas após uma crise da dívida e uma campanha mundial para perdoar as dívidas dos países pobres altamente endividados, há uma crise mundial da dívida e, mais uma vez, as dívidas de África estão a ameaçar os ganhos de desenvolvimento do continente nos últimos trinta anos. Em 2020, o rácio médio da dívida em relação ao PIB em África foi estimado em 71,4 %. Vários países com problemas de endividamento não cumpriram os pagamentos da dívida ou estão à beira do incumprimento.³ Uma combinação de factores conjugou-se para criar uma tempestade perfeita, incluindo a dependência de África dos produtos de base para exportação, com as suas crises cíclicas de corrupção e o colapso dos preços, os efeitos deletérios da pandemia de COVID-19 nas economias e os elevados níveis de empréstimos públicos para financiar a resposta à COVID-19, os efeitos da guerra na Ucrânia e a fuga de capitais em resposta ao aumento das taxas de juro no Norte Global. Um factor que contribui para esta mistura é a corrupção e a falta de responsabilidade na utilização do dinheiro emprestado.⁴

A crise da dívida foi acompanhada por uma desvalorização selvagem das moedas de muitos países africanos, como a África do Sul e o Gana, pelo aumento das taxas de juro, por taxas de inflação elevadas (sobretudo nos preços dos produtos alimentares, o que acarreta riscos de danos intergeracionais) e pelo rápido aumento dos custos de outras mercadorias e serviços essenciais, como a energia, a educação, a saúde e os transportes.

O que é diferente na crise da dívida desta vez é o facto de o aumento da dívida pública ter sido acompanhado por um aumento dos seus custos, em parte devido à maior proporção de credores privados envolvidos.⁵ Também fundamental neste contexto, o incumprimento da dívida interna tornou-se uma questão preocupante devido às suas implicações para toda a economia e para as entidades expostas, como os fundos de pensões e os detentores de obrigações individuais,

³ Banco Africano de Desenvolvimento (2021). *Perspectivas Económicas em África para 2021*. <https://www.afdb.org/en/documents/african-economic-outlook-2021>

⁴ Bradlow, D. e Masamba, M. (2022). Debt distress in Africa: biggest problems, and ways forward. *A Conversação*, <https://theconversation.com/debt-distress-in-africa-biggest-problems-and-ways-forward-182716>
Harcourt S. e Robertson, F. (2024). *Dívida de África*, UM <https://data.one.org/topics/african-debt/#:~:text=Africa%E2%80%99s%20debt%20is%20at%20its%20highest%20level%20in,bankrupt%20or%20at%20high%20risk%20of%20debt%20distress>.

⁵ Adesina, A. (2023). Evolução do panorama da dívida nos últimos 10 anos em África. *Discurso de abertura proferido no Clube de Paris em 20 de Junho de 2023* <https://www.africa.com/evolution-of-debt-landscape-over-the-past-10-years-in-africa/#:~:text=The%20total%20external%20debt%20of%20Africa%20was%20estimated,expected%20to%20rise%20to%20%241.13%20trillion%20by%202023>.

muitos dos quais são reformados. Algumas das instituições e indivíduos afectados são actores não estatais fundamentais na provisão social e na protecção social, o que tem ramificações nas condições sociais de muitos cidadãos que deles dependem, numa altura em que as políticas de austeridade implicam uma redução das despesas do Estado nos sectores sociais. Esta situação constitui uma crise de política social que tem implicações para a coesão social.

Os governos de toda a África estão empenhados em respostas a curto prazo, como a reestruturação da dívida, a tributação regressiva e excessiva, a redução das taxas de juro das obrigações do Estado e o recurso a resgates do FMI e a medidas de austeridade. Esta situação tem implicações para o bem-estar de grandes segmentos da população activa de África e é susceptível de inverter os ganhos em termos de desenvolvimento social.

Um tema emergente desde a crise financeira mundial de 2008 é a questão do endividamento das famílias e dos particulares, os seus factores e a sua relação com a crise da dívida pública. A relação entre a dívida pública, por um lado, e a dívida das famílias e dos particulares, por outro, tem várias ramificações para o bem-estar social. Com o regresso às medidas de austeridade para apoiar o pagamento da dívida, as famílias e os indivíduos têm de pagar por serviços essenciais que deveriam estar disponíveis ao público. Este facto aumenta o endividamento das famílias pobres que têm de recorrer a empréstimos para pagar estes serviços.⁶ Um relatório do perito independente do Conselho dos Direitos Humanos sobre a dívida externa chamou a atenção para as implicações negativas para os direitos humanos das dívidas relacionadas com o microcrédito, a saúde, a educação e a habitação, as práticas de cobrança de dívidas acentuadas, como a criminalização dos devedores, as dívidas relacionadas com os consumidores e a migração e a servidão por dívidas.⁷

Uma segunda ramificação da relação entre a dívida pública e a dívida privada é o aprofundamento da financeirização⁸ da política social, que se manifesta na expansão dos programas de inclusão financeira e na ênfase em instrumentos como o microfinanciamento e as transferências de rendimento. Estes instrumentos, embora orientados para a redução da pobreza, também estimulam o consumo, colocam dois mil milhões de adultos sem contas bancárias em todo o mundo e integram os pobres nos mercados. Trata-se de um novo recuo em relação ao universalismo e à desmercadorização, uma vez que os indivíduos são agora obrigados a comprar bens públicos. A isto está associada a introdução de várias formas de pagamento e de tecnologias financeiras que alargaram o crédito cofinanciado, em que o rendimento se torna garantia, dos funcionários públicos assalariados formais aos beneficiários de transferências sociais, com prestações de reembolso deduzidas automaticamente das suas transferências. Teme-se que a financeirização da política social esteja a criar um nexo de dívida e pobreza para os indivíduos e as famílias.⁹

Por conseguinte, é importante assegurar que estas questões da dívida pública e privada e as suas interligações façam parte dos debates políticos sobre a crise da dívida e o caminho a seguir. Em suma, como é que estas questões prioritárias (tais como a protecção das despesas sociais e

⁶ Balasubramanian, P. (2021) A dívida na vida quotidiana: Uma crítica ao papel crescente das finanças na política social. A Coluna Actual, Instituto Alemão de Desenvolvimento / Instituto Alemão de Desenvolvimento (DIE).

⁷ Assembleia Geral das Nações Unidas (2020). *Dívida Privada e Direitos Humanos*. Relatório do Perito Independente sobre os efeitos da dívida externa e outras obrigações financeiras internacionais conexas dos Estados no pleno gozo dos direitos humanos, em particular dos direitos económicos, sociais e culturais. A/HRC/43/45.

⁸ A financeirização tem sido definida como o papel crescente dos mercados, actores e instituições financeiras e o facto de os lucros serem cada vez mais obtidos através de canais financeiros (ver Balasubramanian, 2021 para uma breve e útil discussão sobre a financeirização da política social).

⁹ Balasubramanian, 2021, op. cit.

os investimentos na transformação estrutural a longo prazo) são incluídas na definição e na compreensão da sustentabilidade da dívida?

Alguns dos temas a abordar no documento incluem:

- Implicações da crise da dívida nos sectores económicos e sociais, na população/segmentos sociais e nas instituições.
- Abordagens emergentes das crises da dívida e suas implicações para a política social
- Acordos entre países e o FMI e a natureza das disposições em matéria de política social
- Dívida privada e dívida na vida quotidiana - manifestações, efeitos e implicações; soluções transformadoras
- Para abordagens da dívida que apoiem uma política social transformadora e equitativa em termos de género.

F. A influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) na política social em África

Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram adoptados pelos líderes mundiais em Setembro de 2015, sob os auspícios da Organização das Nações Unidas (ONU), com o apoio de outras instituições multilaterais. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável foram concebidos para dar resposta aos desafios associados a três áreas de crescimento: crescimento económico, inclusão social e protecção do ambiente. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável visam eliminar ou reduzir a pobreza no seio da família humana, acabar com a fome através da salvaguarda da segurança alimentar, melhorar a qualidade da vida humana e dos meios de subsistência através de uma melhor definição das prioridades dos investimentos no sector da saúde, garantir a capacitação das mulheres e promover a igualdade, melhorar o abastecimento de água potável e o saneamento, centrar-se na criação de um ambiente propício ao trabalho digno e às oportunidades de emprego e abordar agressivamente as causas subjacentes às alterações climáticas, entre outras. Os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável tornaram-se os indicadores-chave de desempenho (KPI) para medir o progresso nos países, especialmente em África e no mundo em desenvolvimento. Em África, um relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sobre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável observou que os progressos têm sido lentos. Por exemplo, apesar de se terem registado alguns progressos em matéria de matrículas escolares, o relatório refere que cerca de 288 milhões de crianças em idade escolar não frequentam a escola, sendo esta situação mais frequente nos países do continente afectados por conflitos. O relatório adverte ainda que cerca de 350 milhões de africanos serão afectados pela pobreza extrema até 2050, a menos que sejam feitos progressos mais significativos nos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Embora os objectivos continuem a ser um modelo útil para orientar os decisores políticos sobre as suas prioridades políticas, existe a preocupação de que a maioria dos países do continente sofra de problemas de desenvolvimento - incluindo desemprego, insegurança, insurreições, convulsões políticas, dívidas crescentes, má gestão de fundos - que não foram especificamente analisados e considerados no quadro geral dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável. Assim, embora no seu enquadramento geral, os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável se enquadrem directamente nas preocupações da política social,

a história das abordagens políticas intervencionistas em África ensina-nos que quando o contexto não é devidamente tido em conta na definição do problema e na concepção de soluções, as hipóteses de sucesso são mínimas. Além disso, os desafios ao bem-estar humano na maior parte dos países africanos exigem múltiplas inovações, um pensamento político inteligente e concepções criativas a nível conceptual, institucional, social e tecnológico.

O documento temático pode analisar estas e outras questões:

- Em que medida tem havido uma adequação entre os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável e as realidades locais nos países africanos no que diz respeito à política social, e qual tem sido a influência dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável nas políticas de política social na região?
- De que forma podem os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável apoiar ou servir de inspiração para promover e conceber políticas sociais criativas com capacidades multifacetadas de resolução de problemas, sem comprometer as promessas de crescimento económico em África?
- Como e em que medida os Objectivos de Desenvolvimento Sustentável estão a abordar - ou são capazes de abordar - as questões da desigualdade de género de uma forma que desaloja normas profundamente enraizadas e práticas assumidas que inibem os esforços para promover a equidade de género?

G. A política social e o Acordo sobre a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA)

No âmbito da Agenda 2063 da União Africana, espera-se que os países do continente assegurem um "desenvolvimento inclusivo e sustentável" como "manifestação concreta do impulso pan-africano para a unidade, a autodeterminação, a liberdade, o progresso e a prosperidade colectiva, prosseguidos no âmbito do pan-africanismo e do renascimento africano".¹⁰ Esta ambição deu origem à formação do maior bloco comercial regional da história da humanidade, denominado Acordo sobre a Zona Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA). Com entrada em vigor a 30 de Maio de 2019 e início oficial a 1 de Janeiro de 2021, a ZCLCA foi concebida para eliminar as barreiras e promover o comércio intra-africano, com especial destaque para as iniciativas destinadas a acrescentar valor e a melhorar as actividades comerciais em vários sectores. De um modo geral, prevê-se que a ZCLCA tire partido dos mais de 1,3 mil milhões de habitantes de África e de um PIB combinado estimado em 3,4 biliões de USD para criar um mercado único à escala continental, o que constituirá um passo importante para a emergência da "África que Almejamos".

Embora a ZCLCA seja uma iniciativa louvável, subsistem dúvidas sobre até que ponto dá prioridade ao bem-estar individual e colectivo dos africanos no seu âmbito. Afinal de contas, são os seres humanos que fazem girar o eixo do comércio para promover a criação de emprego através do crescimento económico. Assim, é lógico que quanto melhor for a qualidade e as capacidades dos africanos enquanto cidadãos, clientes, consumidores, empresários, empregadores, empregados, comerciantes e trabalhadores sociais, entre outros, maiores serão as hipóteses de alcançar os nobres objectivos da Agenda 2063 e da ZCLCA. Um requisito

¹⁰ União Africana (n.d.) *Agenda 2063: A África Que Almejamos*. Disponível em <https://au.int/en/agenda2063/overview>

importante na prossecução da ZCLCA seria uma infraestrutura social bem concebida, com projectos de integração para servir tanto fins económicos como sociais.

Como o demonstram as experiências das economias desenvolvidas, a função de criar seres humanos com as aptidões e capacidades necessárias para servirem de promotores do comércio é da competência da política social. De um modo geral, a política social promove o bem-estar humano como um fim em si mesmo, mas também como um meio de garantir que a sociedade disponha dos melhores recursos humanos com capacidades criativas, tendências inovadoras e ideias transformadoras para atingir o bem-estar individual e colectivo. Além disso, quando concebida cuidadosamente e devidamente implementada, a política social tem o potencial de corrigir legados históricos persistentes de desigualdade e iniquidade de género em países de África. Infelizmente, porém, na era neoliberal prevalecente, a política social é frequentemente tratada como uma reflexão posterior à política económica, e a marginalização da política social nos anos de ajustamento estrutural em África é um triste testemunho desta situação. É indubitável que a chave para uma mudança social transformadora reside no facto de se conseguir uma sequência correcta das políticas sociais e económicas, com uma compreensão das sinergias que se reforçam mutuamente. Desde o início dos anos 2000, tem havido um maior reconhecimento da política social, expressa em vários sectores, como motor do crescimento económico, o que proporciona uma janela de oportunidade para aceder à ZCLCA com a política social.

No âmbito do presente convite, o GETSPA está interessado numa análise

- da medida em que a ZCLCA pode enfrentar os desafios da pobreza, da ignorância, das doenças, do analfabetismo e do desemprego que se colocam ao bem-estar humano em África, explorando simultaneamente o seu potencial de industrialização para os países da região. Isto deve ser feito no contexto mais vasto das deslocações sociais frequentemente associadas às mutações industriais, bem como do papel transformador que as políticas sociais podem desempenhar para assegurar adaptações e ajustamentos adequados.
- que se centra nas estratégias e mecanismos através dos quais a ZCLCA pode fomentar e promover um crescimento equitativo para os países africanos, bem como entre os diferentes segmentos da população em África e no seu interior, tendo como pano de fundo estudos que sugerem que, embora as integrações económicas tenham ligações positivas ao crescimento, podem também alimentar as desigualdades.
- que especifica e discute os potenciais ganhos de bem-estar associados à ZCLCA, especialmente para as pessoas social e economicamente marginalizadas em África, bem como as formas como as políticas sociais podem ser potenciadas no quadro mais amplo do acordo sobre a zona de comércio livre continental.

H. Financiamento da política social

O financiamento da política social é, desde há muito, uma questão controversa. Embora se reconheça cada vez mais o valor da política social como um investimento no desenvolvimento socioeconómico, a questão da acessibilidade da política social continua a ser uma questão crítica nos debates políticos e académicos; a construção de programas de política social com base em disposições financeiras sustentáveis, equitativas e conducentes ao desenvolvimento económico continua a ser uma preocupação central. Muitas vezes, a tónica no custo da política social tem sido utilizada como justificação para instrumentos de política social orientados e baseados no mercado.

A tónica na dimensão financeira da política social é considerada necessária para evitar extremos políticos de austeridade ou políticas sociais expansionistas que são insustentáveis.¹¹ Um conjunto de estudos sobre o financiamento sustentável da política social numa perspectiva alargada de desenvolvimento identificou diferentes fontes de receitas para a política social, como a tributação, as contribuições para os seguros, os fundos de pensões, as rendas dos recursos naturais, a ajuda ao desenvolvimento e as remessas de fundos. Os diferentes países utilizam diferentes combinações destes instrumentos com base na sua dotação de recursos e nas suas trajectórias de política económica.¹²

A investigação das implicações económicas, sociais e políticas de cada fonte de receitas permite apreciar a importância de equilibrar os objectivos económicos, sociais e políticos associados a cada acordo de receitas. Em segundo lugar, uma interrogação crítica das combinações destes instrumentos aponta para os seus efeitos variáveis na estabilidade macroeconómica, na capacidade de os cidadãos exigirem responsabilização e nas funções da política social e das relações Estado-sociedade (produção, reprodução, protecção, redistribuição e coesão social).

O financiamento da política social envolve questões de mobilização e afetação de recursos, bem como os actores e as instituições envolvidas nestes processos. Ao analisar estas questões, é necessário ir além de uma perspectiva micro sobre a melhor forma de afectar um determinado número de recursos e examinar o impacto das disposições de bem-estar no desenvolvimento económico e vice-versa. Uma questão conexa é a forma como a política social pode apoiar um processo de acumulação que gera rendimentos que podem ser utilizados por diferentes instrumentos de política social.¹³

O enfoque nas fontes de receita para a política social permite aos investigadores centrarem-se tanto nos constrangimentos como nas oportunidades para os países em desenvolvimento criarem estratégias eficazes de financiamento de políticas sociais que façam avançar a agenda do desenvolvimento.

O documento examinará questões como:

- A evolução do financiamento da política social
- Mudança das noções de custos e benefícios da política social e suas implicações para uma política social eficaz.
- Investimentos privados na política social e sua provisão.
- Análise comparativa das actuais abordagens dominantes ao financiamento da política social e das modalidades de financiamento e suas implicações para uma política social transformadora e equitativa em termos de género.
- Abordagens promissoras ao financiamento da política social que promovem uma política social transformadora e equitativa em termos de género.

¹¹ Mkandawire, T. (2009). Prefácio. In K. Hujo, and S. McClanahan (Eds.), *Financing social policy mobilizing resources for social development*, UNRISD and Palgrave Macmillan.

¹² Hujo, K. and McClanahan, S. (2009) "Introduction and Overview. In K. Hujo and S. McClanahan (Eds.), *Financing social policy, mobilizing resources for social development*, UNRISD and Palgrave Macmillan.

¹³ Abdikani, H.I. (2021) *A política social como instrumento de redução da pobreza em África: Explorar formas e mecanismos*, ILA.

I. Dimensões negligenciadas da política social

Os académicos influentes da política social em África conceberam a política social como englobando a produção, a protecção, a redistribuição, a reprodução e a coesão social, e tendo a capacidade de gerar uma transformação multidimensional e multifacetada. Esta definição alargada de política social sugere dimensões importantes da política social que não receberam atenção suficiente da investigação, quer se trate de sectores, actores, processos ou fenómenos.

São bem-vindas, por exemplo, propostas de documentos temáticos que

- abordem uma perspectiva de política social sobre bens e serviços públicos que apoiam o florescimento humano, tais como habitação, transportes públicos, ar puro, planeamento urbano, instalações recreativas, radiodifusão pública, protecção do consumidor, aplicação da lei e serviços postais;
- debater as implicações das políticas sociais nos domínios do lazer, da expressão criativa, da filantropia e do voluntariado, bem como do trabalho não remunerado;
- examinar a natureza, as operações e a influência de actores da política social menos visíveis ou menos estudados, como os militares ou organismos regionais como a CEDEAO.

FORMATO DAS CANDIDATURAS

Conteúdo da candidatura

Os candidatos devem apresentar os seguintes documentos:

1. um CV
2. Um documento de síntese com um máximo de 2 500 palavras (excluindo referências e notas de rodapé), com as seguintes secções
 - Contexto
 - Natureza da questão e importância do tema para a política social
 - Debates académicos e políticos actuais sobre o tema em África
 - Abordagem teórica ou conceptual do trabalho
 - Âmbito de aplicação do documento
 - Questões/objectivos da investigação
 - Fontes de dados e análise
 - Esboço do documento
 - Uma secção de perfil profissional com
 - uma breve descrição da experiência/currículo do(s) investigador(es) que ilustre as qualificações e competências relevantes,
 - exemplos de relatórios/trabalhos semelhantes, com algumas ligações a trabalhos publicados.

****Aceitamos propostas em Inglês, Francês ou Português.****

Prazos e taxas

Prazo para apresentação de candidaturas: **10 de Abril de 2024**

Notificação aos candidatos seleccionados: **30 de Abril de 2024**

Duração do contrato: **6 meses** a contar da data de assinatura do contrato

Taxas: 6.000 USD por página

Apresentação e pedidos de informação

Enviar as candidaturas e/ou pedidos de informação por correio electrónico para ro.getspa@ug.edu.gh

